

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Políticas Públicas em Educação: Papel e Contribuição da Igreja Católica no Processo de Sistema Educativo Guineense

Fuma Bandé Mané

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Maria José Sousa, Professora Auxiliar (com Agregação)
Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Políticas Públicas em Educação: Papel e Contribuição da Igreja Católica no Processo de Sistema Educativo Guineense

Fuma Bandé Mané

Mestrado em Políticas Públicas

Orientadora:

Doutora Maria José Sousa, Professora Auxiliar (com Agregação)

Iscte- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimento

À Deus todo-poderoso que me deu a vida e muito mais.

É de uma longa história académica, com um amplo apoio e orientação da Doutora Maria José Sousa. Aproveito a oportunidade para lhe agradecer pelo apoio e orientação em todos os momentos da investigação, elaboração e entrega da minha dissertação.

Quero agradecer os meus familiares, começando pelas minhas Irmãs, Nuna Embandé Mané, Nhuda Embandé Mané, N,onte bó Mané, Maitana Embandé Mané e, sem esquecer, da outra irmã que faleceu em 2020, de nome Namba Embandé Mané.

Sem esquecer aqueles que direta ou indiretamente apoiaram-me desde e durante todo processo de curso de mestrado, nomeadamente, Damião Fernandes Mané, Segunda Aramantche, Carolina Mané, Catarina Mané.

Se expressa também um agradecimento a Laboratório de Línguas e Competências Transversais (LLCT-IUL), que nos acolheram desde a nossa chegada em Lisboa, sabendo das nossas dificuldades da língua portuguesa.

Um sincero agradecimento aos meus professores da Universidade Colinas de Boé e ISCTE, em especial, Pedro Milaco, Eduardo Lona, Suleimane Mané, pelos ensinamentos que me deram durante a minha académica.

Por outro lado, agradeço aos meus colegas que estiveram do meu lado para conseguir dados e informações para enriquecer o meu trabalho. Demba Mendes Mala, Nuno Ala Tamba, Antonio Clode e outros.

Por último agradecimento que é muito especial, aos meus falecidos pais, Domingos Mané, Rosa Embandé, Sabado Fernandes que me educaram para ser uma pessoa honesta e responsável.

Resumo

O trabalho realizado é uma compilação dos dados obtidos utilizando vários métodos de investigação, e permitiu-se analisar as políticas públicas da educação e refletir sobre a contribuição da Igreja Católica no processo de sistema educativo da Guiné-Bissau, portanto, este estudo proporcionou uma compreensão mais ampla acerca das políticas de educação, e a missão da Igreja Católica nesse processo na Guiné-Bissau. Como é do conhecimento geral, a educação na Guiné-Bissau, historicamente, nunca fora exclusivamente da responsabilidade de uma única instituição. Ainda no presente trabalho mostra quanto às missões católicas foram/ serão muito importantes para a sociedade guineense, agora, com a dificuldade que o Estado tem enfrentado nos últimos anos, temos visto a sua participação ainda maior e com mais frequência em todo o território nacional. De ponto de vista estrutural e organização, a igreja católica apresenta uma forma de trabalho bem estruturado e de maior consistência em relação aos outros parceiros. Através dos métodos utilizados na investigação deste trabalho permitiu diferenciar os métodos de ensino administrado pelo Estado, e aqueles que são coordenadas pela Igreja católica. Ainda, nos levou a ter uma ideia das instituições religiosas, ou seja, a Igreja católica tem sido parceiro em diferentes áreas sociais. Entretanto, o estudo contribui para esclarecer o papel que a igreja católica tem desempenhado na área de educação e, em particular, no contexto de sistema educativo da Guiné-Bissau.

Palavras - Chave: Educação. Política Pública. Igreja Católica. Guiné-Bissau.

Abstract

The work carried out is a compilation of data obtained using various research methods, and allowed to analyze public education policies and reflect on the contribution of the Catholic Church in the process of the educational system of Guinea-Bissau, therefore, this study provided an understanding broader view of education policies, and the mission of the Catholic Church in this process in Guinea-Bissau. As is well known, education in Guinea-Bissau, historically, has never been exclusively the responsibility of a single institution. Still in the present work, it shows how the Catholic missions were / will be very important for Guinean society, now, with the difficulty that the State has faced in recent years, we have seen its participation even greater and more frequently throughout the national territory. From a structural and organizational point of view, the Catholic Church has a well-structured and more consistent way of working in relation to other partners. Through the methods used in the investigation of this work, it allowed to differentiate the teaching methods administered by the State, and those that are coordinated by the Catholic Church. Still, it led us to have an idea of religious institutions, that is, the Catholic Church has been a partner in different social areas. However, the study contributes to clarify the role that the Catholic Church has played in the area of education and, in particular, in the context of the educational system in Guinea-Bissau.

Key-Words: Education. Public Policies. Catholic Church. Guinea-Bissau.

Sumário

I. INTRODUÇÃO	1
1. PROBLEMA EM ESTUDO	3
2. JUSTIFICATIVA	6
II. REVISÃO DA LITERATURA	7
III. METODOLOGIA.....	10
IV. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	14
1. PERÍODO COLONIAL	15
2. PERÍODO PÓS-COLONIAL AOS DESAFIOS ATUAIS	17
V. SISTEMA EDUCATIVO: CONCEITO E DESCRIÇÃO	18
VI. IGREJA CATÓLICA: ENSINO E EDUCAÇÃO.....	23
1. PROTOCOLO DE ACORDO: MEN E A DIOCESE	25
2. ESCOLAS CATÓLICAS: DEFINIÇÕES E CARATERÍSTICAS	26
3. PAPEL/ CONTRIBUIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA	30
VII. CONCLUSÃO	36
VIII. BIBLIOGRAFIAS	38

Glossário de Siglas

ADPP – Ajuda de Desenvolvimento de povo para povo

CEDEAO – Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental

CPLP - Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa

DENARP – Documento De Estratégia Nacional De Redução Da Pobreza

EPT – Educação Para Todos

ESPP – Escola De Sociologia E Políticas Públicas

FEC – Fundação E Cooperação

FMI – Fundo Monetário Internacional

GIPASE – Gabinete De Planificação e Avaliação do Sistema Educativo

IC – Igreja Católica

IHU - Instituto Humanitas Unisinos

IPE – Instituto Internacional de Planeamento Educacional

ISCTE – IUL – Instituto Universitario de Lisboa

LBSE – Lei De Bases de Sistema Educativo

MEN – Ministério da Educação Nacional

PE. – Padre

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

S.D – Sem Data

UEMOA – União Económica e Monetária do Oeste Africa

USD – United States Dollar

GNB – Guiné-Bissau

PP – Política Pública

I. Introdução

O trabalho apresentado enquadra-se num dos requisitos para obtenção do grau de mestre em políticas públicas pelo ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Com o presente estudo pretende-se abordar o papel da igreja católica no processo de sistema educativo da Guiné-Bissau de uma forma mais clara e objetiva, bem como apresentar e analisar as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau.

Para compreender este trabalho e perceber a relação entre a igreja com o estado no processo educativo estabelecemos uma pergunta de partida que servirá como a base da investigação. Na visão de Quivy e Campenhoudt (1995) uma pergunta de partida constitui normalmente um primeiro meio para romper o senso comum e deve ao mesmo tempo, ter três qualidades essenciais, nomeadamente clareza, exequibilidade e pertinência. Ou seja, através da pergunta de partida consegue ter uma ideia inicial do projeto ou de qualquer trabalho da investigação.

Ainda os mesmos autores salientam que “a melhor forma de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por anunciar o projeto sob a forma de pergunta de partida” (Quivy e Campenhoudt, 1995). Já nas opiniões de Valerio e Farinha (2014) uma pergunta de partida pode ser entendida em duas vertentes. Ou seja, em primeiro lugar é visto como princípio de um trabalho de investigação e em segundo lugar, uma pergunta de partida cria uma linha de investigação que pode ser através de uma questão afirmativa e uma questão propriamente interrogatória.

Sendo assim, através das afirmações dos autores acima referenciados, estabelecemos a seguinte pergunta de partida: “**Quais as contribuições da Igreja Católica no ensino Guineense?**”.

Após a delimitação do tema e a definição da questão inicial, definiram alguns objetivos que vão ajudar a chegar às conclusões concretas e apresentar as recomendações finais. Tem como **objetivo geral**:

- Compreender e analisar o papel da igreja católica no sistema educativo guineense.

Objetivos específicos:

- a) Compreender a estrutura da igreja católica e os seus modelos educativos;
- b) Avaliar e compreender envolvimento da igreja católica no processo educativo;
- c) Analisar a relação entre o estado com a igreja católica e os demais parceiros;
- d) Conhecer as tipologias das escolas no sistema educativo guineense;
- e) Analisar as políticas públicas de educação na Guiné-Bissau.

1. Problema em estudo

No que refere o problema em estudo, o processo educativo na Guiné-Bissau, a partir de 1974 até a data atual, nota-se claramente que apresenta uma realidade de ensino consideravelmente débil, e o fracasso em todos os contextos, desde a língua de ensino e outros fatores considerados das principais causas, e outro aspeto, são as metodologias usadas inadequadas para a nossa realidade. Já na opinião de Monteiro (1993) sobre a debilidade de ensino guineense, o autor que:

A disfunção entre a escola e a realidade guineense não é só uma questão de desencontro dos calendários escolar e doméstico-produtivo. Ela exprime-se de forma mais violenta no choque cultural que experimentam as crianças no seu primeiro contacto com a escola: ao entrar pela primeira vez na escola, a maioria das crianças entra num mundo totalmente estranho e distante da vida que habitualmente levava nas suas tabancas.

Lopes (2014) apresenta alguns constrangimentos que afetam o ensino e política educativa guineense. Segundo ela, vários motivos que afetam a evolução e desenvolvimento de sistema educativo da Guiné-Bissau, ainda mencionou algumas causas, nomeadamente, fraca qualidade de ensino, greve, insuficiência quantitativa e qualitativa da rede escolar educativa, carência de equipamentos educativos essenciais na maioria dos estabelecimentos escolares que caracterizam um ambiente de aprendizagem pobre e elevado número de professores sem qualificação inicial e contínua no exercício do processo ensino-aprendizagem, isto é, as maiorias dos professores contratados não têm formação pedagógica apropriada.

No que refere exatamente as escolas, o IIPE (2016) na conferência sobre sistema educativo da Guiné-Bissau, concluiu que as escolas de Guiné-Bissau enfrentam uma vulnerabilidade extrema, desde a independência do país, a mais de 40 anos, a instabilidade é sempre constante e com sucessões de mudanças no topo do poder e renovamento das equipas encarregadas dos ministérios, dentre eles o da educação.

Ainda o mesmo documento foi mais longe em apresentar alguns dos pontos fortes de fracasso de sistema educativo guineense, afirmando que: O nível de escolarização é, em Guiné-Bissau, anormalmente baixo, com 60% das crianças que

não terminam o ciclo primário de 6 anos, o país está longe de atingir o objetivo da educação para todos, um nível, portanto considerado mínimo para adquirir uma alfabetização durável. Três razões explicam particularmente os abandonos no decorrer dos estudos: uma entrada à escola tardia (as crianças em Guiné-Bissau têm em média 4 anos de atraso em relação à idade oficial); uma prática muito elevada de repetição (mais de 20% na primária); e a raridade da quantidade de escolas que propõem um ciclo completo de 6 anos de estudos primários (somente 25% das escolas), indicou os dados.

Este último ponto é sintomático da falta de infraestruturas no país. A metade das crianças da Guiné-Bissau estuda em escolas que não propõem a regra básica do ensino primário. Por outras palavras, uma criança sobre duas que começa a escola num estabelecimento não termina a sua escolaridade primária (IIPE, 2016).

A falta de edifícios escolares ou estabelecimento de ensino mostra claramente a falta de investimento e de normas para as construções escolares e de criar um grupo pedagógico ou de quadro de certificação para a formação profissional. Estas carências prejudicam quotidianamente a gestão do sistema educativo.

De acordo com análise de Semedo (2011, p.18) podem constatar a falta de infraestruturas condignas (as barracas, chamadas salas provisórias, foram a solução), careceram professores com formação ajustada e domínio de metodologia adequada aos vários graus de um sistema de ensino em construção (deitaram-se mãos aos finalistas do liceu, organizados em brigadas pedagógicas e espalhadas por todo território nacional).

Outro elemento muito preocupante e que explica em parte a fraca qualidade da educação são: os docentes em si não têm o domínio daquilo que ensinam devido a falta de preparação académica, os docentes não conseguem responder a um quarto das questões de português e a cerca da metade das questões de matemática vindas do programa escolar dos seus alunos. É necessário lembrar que a situação dos docentes é precária e que a profissão tem imensas dificuldades em encontrar candidatos qualificados (IIPE, 2016).

A incapacidade do Estado em assegurar os custos da educação leva, além da cooperação internacional, as famílias a assumirem o financiamento da educação dos

filhos, seja na aquisição de materiais escolares, nos custos de formação nas escolas privadas até na construção de escolas. Assim, a educação, proclamada como um direito de cada criança indivíduo, “(...) passa a ser algo reservado aos que têm possibilidades económicas e uma grande batalha para os que vivem no limiar da pobreza. Nas nossas zonas rurais, essas dificuldades acabam sendo maiores (...)” (Semedo, 2005, 15).

Outro grande problema é acesso à educação. O Sampa (2015) frisou que acesso à educação é um dos mais graves problemas. Para ter uma ideia, a Guiné-Bissau é um país com a área de 36.152 km² e com uma população de 1.520.830 de habitantes. O Estado não conseguiu dar o acesso à educação a essa massa populacional, nem na capital Bissau, onde várias crianças ficam sem frequentar as escolas e muito menos nas regiões, onde o acesso à educação é mais difícil ainda. Principalmente nas zonas insulares que corresponde à região de Bolama/Bijagó, composto por 88 ilhas, mas com apenas 20 ilhas estão habitadas e muitas dessas ilhas estão com falta de professores e alguns sem escolas. Estão num isolamento ou até numa exclusão total por parte do sistema das redes educacionais.

Ainda o autor, no mesmo artigo, foi mais longe, ao afirmar que o Estado não conseguiu traçar políticas concretas para as áreas mais importantes, escolher como prioridades os setores relevantes e chaves para o avanço da educação, isso significa investir na expansão da escolarização nas primeiras fases, coisa que está muito longe de acontecer no país.

Por fim, vale salientar que o investimento público no sector da educação é muito baixo. O Orçamento Geral do Estado destinado à educação vem sendo diminuído de ano para ano, entre 1987 e 1995 diminuiu de 15% para 10%, na previsão feita para 2006 está em 7,5%. De acordo com estas percentagens, as despesas da educação no PIB são de 0.9% enquanto a média na África subsariana é de 4% do PIB. A Carta Política do sector educativo indica um aumento para os 17% até 2020. A proporção de 2010 equivale a 2,6% do PIB.

2. Justificativa

Decidi escolher este por uma simples razão, há quatro anos, apresentei um trabalho sobre qualidade do sistema educativo na Guiné-Bissau, e agora decidi ainda mais aprofundar na vertente do envolvimento das missões católicas na Guiné-Bissau, e por isso que neste trabalho analisei as políticas públicas de uma forma mais abrangente.

Como é de conhecido de todos nós, a educação é um direito fundamental de todos, perpassa o desenvolvimento humano por meio do ensino e de aprendizagem e visando a desenvolver e a potencializar a capacidade intelectual do indivíduo. Constitui um processo único de aprendizagem associado às formações escolar, familiar e social.

A escolha do tema nos leva a analisar quanto à igreja católica tem contribuído nas zonas mais afastadas das grandes cidades, a educação na Guiné-Bissau é muito complexa, então os estudos sobre a educação em Guiné-Bissau não costumam tratar dos assuntos especificamente das zonas mais distantes, (VILELA, 2019).

É significativa a falta de meios de serviços de educação tanto materiais quanto financeiros. No que diz respeito às dificuldades enfrentadas na educação referida, o que me motivou pensar acerca dos ditos fracos desempenhos escolares na Guiné-Bissau, principalmente nas zonas distantes, (VILELA, 2019).

Ainda a definição do tema em estudo reflete bastante nas políticas públicas focadas a educação, dado que, nos últimos anos, o estado tem vindo apresentar algumas políticas que tem contribuído para os avanços do nosso sistema educativo.

II. Revisão da Literatura

A revisão da literatura deste trabalho visa analisar diferentes teorias sobre o envolvimento da religião/ Missões católicas no processo educativo da Guiné-Bissau. Neste caso, para a fundamentação destas teorias, dividem-se em duas (2) teorias essenciais, nomeadamente, teorias sobre as políticas educacionais e teoria sobre a relação entre as missões católicas e o ensino.

Em relação à 1ª teoria apresentada no primeiro paragrafo, teoria sobre políticas públicas da educação, tendo em conta as análises e leitura, vale salientar que varios autores debruçaram sobre essa teoria.

Mead (1995) define-a como um campo dentro de estudo da política que analisa o governo a luz de grandes questões públicas. Já na difinição de Lynn (1980) a política pública é um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peter (1986) afirma que é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Enquanto o Dye (1984) resume a política pública como “o que governo escolhe fazer ou não fazer” (LYNN, 1980; DYE, 1984; PETER, 1986; MEAD, 1994 COMO CITADOS EM SOUZA, 2013).

Outra analise sobre conceito da política pública é do autor Laswell, que para muitos é considerado como a melhor definição da política pública. Segundo Laswell (1958) para entender a política pública é necessário primeiramente responder as duas questões: quem ganha o quê. Por que é que diferença faz.

Analisando várias obras de diferentes autores, a Celina Souza, no seu artigo intitulado políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa, fez uma definição da política pública mais ampla que é:

É o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo ou curso em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de políticas pública é aquele através do qual os governos traduzem seus

propósitos em ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2013, P. 13).

De acordo com Silva, E.M., Dias, J.R. & Mendonça, D.F. C (2018), quando se fala em política, leva as pessoas associar política com os partidos políticos, corrupção, políticos e entre outras imagens ligadas propriamente com as campanhas eleitorais. Mas, quando se fala em uma política é mais do que isso, uma vez que as políticas podem ser concretizadas em várias áreas sociais e não só.

Para justificar afirmação do paragrafo anterior, os autores apresentaram um conceito da política citando o MAAR (1994, p.7) que afirma que:

A política é uma referência permanente em todas as dimensões do nosso cotidiano na medida em que este se desenvolve como vida em sociedade. Embora o termo política seja muitas vezes utilizado de um modo bastante vago, é possível precisar seu significado a partir das experiências históricas em que aparece envolvido. (MAAR, 1997, COMO CITADO EM SILVA, E.M., DIAS, J.R. & MENDONÇA, D.F. C. 2018).

Ainda nas abordagens destes autores definem as políticas públicas educacionais como “instrumentos que podem contribuir com a qualidade da educação, já que está no campo escolar do sistema educacional” (SILVA, E.M., DIAS, J.R. & MENDONÇA, D.F. C. 2018).

Para conceitualizar melhor a política pública educacional. (Oliveira, 2010) disse que “é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica as questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que as políticas públicas dizem respeito à educação escolar”.

Enquanto o Bideta, na sua dissertação, apresentou uma ideia do que é objetivo das políticas da educação. O objetivo de uma política educativa “visa uma orientação específica da educação, com base numa determinada opção assumida que validará o fenómeno educativo, justificando a sua formação” (MORGADO, 2000, COMO CITADO EM BIDETA, 2013).

No que refere a 2ª teoria apresentado no começo deste ponto, trata-se da teoria sobre a igreja católica no processo de sistema educativo. Como é de conhecimento geral, a igreja católica sempre teve uma relação com a educação através das suas religiosas e sociais. (Padre Mendes, 2013, como citado no documento Puebla nº 1040) afirma que a educação sob padrões católicos é um lugar apto para o diálogo entre a fé e a ciência e um ambiente privilegiado para o crescimento da espiritualidade. Desperdiçar este lugar social privilegiado é ignorar aquilo que de mais rico a igreja possui de oferecer ao mundo.

No universo do catolicismo, as instituições confessionais de ensino, quer seja de ensino superior, fundamental e médio, surgiram no seio da Igreja e mais precisamente nas congregações religiosas missionárias, para serem instrumentos de evangelização na missão da Igreja. Cada instituição, com seu carisma, suas especificidades, seu momento histórico. Ainda afirmou que “ignorar a contribuição da igreja no processo educativo seria renunciar a própria missão evangelizadora da Igreja” PADRE MENDES (2013).

Já na opinião de Jean-Jacques Rousseau, a Igreja sempre teve uma forte ligação com atividades educativas, e ainda o autor disse que nascemos fracos, e tudo que temos na infância e precisamos conseguir como adultos, e isso só podem conseguir através da educação (EMILE OU DE LE EDUCATION, 1762).

Chaves (2012) mostra que, historicamente, tem uma ligação vasto entre o Estado e a Igreja. Segundo autor, deve-se analisar o papel de Igreja na vertente educacional constituídos por seus estabelecimentos de ensino, ou seja, os valores e comportamentos individuais podem ser influenciados pelas igrejas. Enquanto a Xavier (2017) disse que, tem uma grande relação entre estas três partes, a Igreja, o Estado e os seus colaboradores, mas precisa de uma colaboração entre as partes.

Por fim, analisando o documento do FEC de 2007, explica que a igreja tem contribuído bastante na afirmação das políticas educativas. Sendo assim, foi e é parceiro do Estado há vários anos, isto é, desde o período colonial que igreja católica tem vinda a dar a sua contribuição em diferentes domínios.

III. Metodologia

O trabalho apresenta três (3) métodos de pesquisa: 1. Quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos técnicos; e o pesquisa quantitativa. No que refere o primeiro método apresentado foram à: pesquisa descritiva que conforme o meu entendimento, permite descrever as características do problema em estudo, em outras palavras, permitiu-se conhecer as características das escolas católicas e radiografia completa da igreja católica no processo de sistema educativo através dos dados conseguidos e informações recebidas no terreno.

Foram vários autores que apresentaram a importância do método descritivo para o tipo de estudo em desenvolvimento. Gil (1999) argumentou que as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenómeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Ainda o autor foi mais longe na sua abordagem sobre a sua percepção do que são pesquisas descritivas:

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 1999, P. 28).

Para Vergara (2000) na sua abordagem, a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenómeno, estabelece correlações entre variáveis e define a sua natureza, isto é, não tem o compromisso de explicar os fenómenos que descreve, e embora sirva de base para tal explicação.

Em resumo, baseando nas afirmações dos autores mencionados anteriormente, a pesquisa descritiva é a descrição e análise das características ou estabelecimento de relações entre variáveis. Ou seja, por coleção de dados, permita a uma pesquisa mais descritiva. De forma mais clara, é o método que permite analisar diferentes fases de participação da igreja católica no ensino.

Quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se o estudo de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Através da pesquisa documental foram utilizados os seguintes instrumentos: protocolo de acordo, estatuto de autogestão das escolas privadas, circular das escolas católicas, fichas de avaliação. Na definição de Arrabal (2011) a pesquisa documental concentra-se em dados obtidos a partir de documentos que registam fatos e acontecimentos de uma determinada época.

Nas afirmações do Lakatos e Marconi, uma pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas (Lakatos e Marconi, 2001).

Antônio Carlos Gil, na sua obra intitulada métodos e técnicas de pesquisa social. Abordou e chamou atenção da diferença e semelhança entre a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Gil (1999) afirma que a pesquisa documental se assemelha muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre as ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental valeu-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser elaborados de acordo com os objetivos de pesquisa. Segundo ele:

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas (GIL, 1999, P.51).

Outro método utilizado neste trabalho é a pesquisa bibliográfica. Ou seja, realizou-se uma pesquisa através dos livros publicados sobre participação da igreja católica no processo de educação, artigos nos diferentes blogues, jornais, revistas

sobre o tema da educação e igreja católica; teses de dissertação de diferentes faculdades; livros e artigos dos diferentes autores nacionais e internacionais; monografias e outros documentos que foram importantes na investigação final.

Gil e outros falaram sobre pesquisa bibliográfica. No ponto de vista de Gil (1999) explica que, a pesquisa bibliográfica é como a cópia do outro trabalho, ou seja, é desenvolver um trabalho a partir dos trabalhos já realizados, podem ser através dos livros, artigos científicos e outros. Já na opinião de Vergara (2000) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos.

Por fim, foi utilizada a pesquisa quantitativa, através dos dados dos anos 1999, 2003, 2005 e 2007 recolhidos nos diferentes estudos e estatísticas. Este tipo de método de pesquisa é um método que contribuiu muito na elaboração deste estudo, visto que, de acordo com, a pesquisa quantitativa permite a utilização de dados estatísticos nas tabelas de forma a permitir melhor leitura. Segundo ele, Zanetta disse que “os dados quantitativos são apresentados em formas de tabelas de frequência ou em gráficos de barras, de colunas ou de setores”.

Devido à falta de dados mais recente de n.º de escolas católicas, n.º de alunos nas escolas administradas/geridas pelas missões católicas, e n.º das escolas em diferentes localidades do país, obriga-se a utilização dos dados de 1999/2000; 2002/2003; 2005 e 2007. Analisando os dados mostra claramente que a igreja católica tem contribuído bastante no desenvolvimento e no setor da educação e ensino.

Podemos considerar a estatística como um conjunto de métodos e processos quantitativos que serve para estudar e medir os fenómenos coletivos, e este tipo de pesquisa permite a utilização de estudos estatísticos, com base nos dados colhidos pode-se estabelecer e planear as mudanças sobre determinado assunto. A utilização dos quadros estatísticos neste trabalho é uma forma de apresentação dos dados estatísticos, cujo objetivo é produzir, no investigador ou no público em geral, uma impressão rápida e viva do fenómeno em estudo.

Ainda na pesquisa quantitativa, temos uma metodologia muito bem definida para uma apresentação de dados com grau considerável de confiabilidade que passa por

organização e coleta, resumo, interpretação e representação e, por fim, análise de dados.

A pesquisa quantitativa só tem sentido quando há um problema muito bem definido e há informação e teoria a respeito do objeto de conhecimento, entendido aqui como o foco da pesquisa e/ou aquilo que se quer estudar. Esclarecendo mais, só se faz pesquisa de natureza quantitativa quando se conhece as qualidades e se tem controle do que se vai pesquisar. (SILVA & SIMON, 2005, COMO CITADOS EM SILVA, D. & LOPES, E. L. & JUNIOR, S. S. B; 2014).

IV. Evolução Histórica

Descrevendo geograficamente, A Guiné-Bissau, segundo Cá (2015), o autor fez uma apresentação resumida, apresenta-nos que é um país da africa, localiza na costa ocidental e faz fronteiras de norte pela república de Senegal, a leste e sul com a república de Guiné-Conacri e oeste pelo oceano atlântico. O país faz parte de diversas organizações, nomeadamente, a CPLP, PALOP, CEDEAO, UEMOA e outras. Tem uma superfície territorial de 36.125 Km² e uma população estimada em 1.7 milhões de habitantes (dados não oficiais).

É um país da língua oficial português, considerado pelos diversos estudos como um dos mais pobres do mundo, e de acordo com o relatório anual de PNUD (2020) a Guiné-Bissau apresenta o mais baixo índice de desenvolvimento humano em nível de sub-região, no período entre 2005 a 2019 e coloca-se na 175^a posição entre os 189 países e território reconhecidos pelas nações unidas.

O território que atualmente corresponde ao país da Guiné-Bissau foi colonizado por portugueses em 1446. Os colonizadores instalaram feitorias para a realização do tráfico de escravos com a população nativa. Somente no dia 24 de setembro de 1974, a Guiné-Bissau conquistou sua independência, tornando-se a primeira colônia portuguesa na África a conseguir esse feito (Francisco, 2022).

Ainda o mesmo autor salienta que a economia do país é pouco desenvolvida. A agricultura, responsável por absorver mais de 80% da força de trabalho local, baseia-se no cultivo de castanha de caju (o país é o sexto maior produtor mundial), algodão, arroz, inhame, banana, manga e cana-de-açúcar. Essa atividade econômica ocupa 12% da superfície territorial da Guiné-Bissau.

Além da agricultura, comercio, a pesca também faz parte dos recursos do país que de alguma forma exporta certa quantidade para os países da subregião e outros países da Europa, através dos contratos com a união europeia. Na mesma senda, o país é extremamente rico em recursos naturais, como bauxite, fosfato, areia e outros em estudo. Por fim, não menos importante, nos dados apresentados no IDH – Índices de desenvolvimento Humano, o país sempre consta na lista dos mais pobres do mundo, com varios problemas em todos os setores, sociais e economicos.

1. Período Colonial

É necessário, em 1º lugar, analisar de forma resumida e sintética o período colonial para melhor compreensão da causa em estudo. Vários autores falaram sobre o período colonial, entre eles, Cá (2000) na sua afirmação, apresentou a forma como o estado colonial atuava em diferentes contextos. Segundo ele, no seu livro, educação durante o período colonial na Guiné-Bissau. Afirma que o estado colonial não preocupava inicialmente com a educação, mas sim, deram mais importância a exploração e comércio das pessoas conhecidas como escravatura. Ainda disse que a escola naquela época conjugava uma dupla função que é a desarraigá-los os nativos da sua cultura e acultura-los a um modelo colonial preestabelecido.

De acordo com Francisco (2022), fez uma análise sobre modelo da educação adotado pelo regime colonial.

O carácter elitista e seletivo do ensino colonial teve um efeito negativo e deplorável em nível de alfabetização da população guineense e para o desenvolvimento do país, o que favoreceu grandes movimentos pela libertação. O início da luta pela libertação concretizou a inabalável decisão tomada por ocasião da primeira manifestação com carácter político, realizada em agosto de 1959, altura em que foram também assentes os fundamentos para uma nova política refletida no processo educacional. (FRANCISCO, W C., 2022).

Em quase todas as colónias, a educação e o próprio sistema educativo eram fortemente ligados ou influenciados pelo poder, diretrizes que provinham de metrópoles, ainda, continuando no livro do Cá, ele explica que a introdução do sistema de ensino está fortemente ligada pelo colonialismo português, às escolas que funcionavam na Guiné no período colonial, segundo o modelo europeu eram instituições a parte, fechada em si mesma longe da vida comunitária e social das populações indígenas.

De acordo com Koudawo (1995) o sistema português de educação na Guiné – Portuguesa limitou-se durante muito tempo ao que os administradores coloniais enunciavam em 1941: ensinar o indígena a falar português e a rezar como os

portugueses. Este sistema de ensino colonial era caracterizado pelo contraste entre os conhecimentos, normas e valores da sociedade africana e uma instituição autoritária baseada em valores europeus e católicos, uma necessidade imperiosa ao serviço da expansão e consolidação da dominação, tendo a função de transformar as pessoas para garantir estes objetivos.

Outro aspeto muito relevante na altura é a igreja católica e a sua participação, colaboração na educação e na afirmação do estado. “Para desenvolver esse espírito de sistema educacional, o regime colonial português havia-se associado à igreja católica no seu dever colonizador para dar a educação a populações coloniais dentro de moldes particulares da cultura portuguesa” segundo Cá, 2000.

Na época colonial a estrutura do sistema de ensino era composta pela educação pré-escolar que se encontrava pouco desenvolvida, seguida do ensino primário, da 1.^a à 4.^a classe. Depois, o ensino secundário ou liceal tinha a duração de sete anos, sendo os dois primeiros anos denominados de ciclo preparatório. Seguia-se o curso geral dos liceus, com a duração de três anos, e o curso complementar dos liceus, com a duração de dois anos (Vieira, 2012).

Apresento os dados conseguidos através do recenseamento de 1950, evidenciam o estado de analfabetismo de Angola, Cabo Verde, Guiné Portuguesa e Moçambique. O ensino não capacitava os africanos adequadamente para o nível primário.

Quadro 1. Analfabetismo nas colónias de Portugal em África - 1950

Colónias	População Total	População analfabeta	Percentagem dos analfabetos
Angola	4.145.266	4.019.834	96,97%
Cabo-verde	148.331	116.844	78,50%
Guiné portuguesa	510.777	504.928	98,85%
Moçambique	5.738.911	5.615.053	97,86%

Fonte: Recenseamento de 1950/ Por. Samba Sané

Na opinião de Sane, 2018 citando por Augel, esses dados confirmam, de modo contundente, que o objetivo da educação colonial não era dar instrução às populações autóctones no sentido de obterem com isso condições de se inserirem

de forma ativa na sociedade, mas apenas se objetivava instruir uma pequena parcela desta população para lhes servirem de intermediários com a maioria da população facilitando a sua dominação.

Pode-se perceber, igualmente, que no período colonial a educação era voltada para a aculturação da população guineense. Comparando a educação colonial da Guiné, com a do Senegal colonizado pela França e a da Gâmbia colonizada pela Inglaterra.

2. Período pós-colonial aos desafios atuais

Depois da independência de 1973, a Guiné-Bissau continua a atravessar uma profunda crise. Essa crise, cujos sinais mais evidentes são o fraco desempenho dos alunos, a falta de mão de obra qualificada nas esferas da economia, da ciência e da cultura e as dificuldades que o estudante guineense encontra aos níveis superiores da educação, põe em causa o desenvolvimento sustentado do País. Sem se esquecer da escassez de recursos humanos qualificados sentida em todos os sectores da sociedade.

No ponto de vista de Sani (2013) tanto a administração pública como o sector empresarial privado sofrem dramaticamente e cada vez mais as consequências de um ensino pouco eficaz, que produz anualmente centenas de diplomados desprovidos dos conhecimentos e aptidões que poderiam facilitar a sua inserção no mundo do trabalho, elevar a sua autoestima e melhorar as suas condições de vida.

Neste caso, a fragilidade do sistema educativo deixou o país desprovido de recursos humanos preparados para atender a administração pública, tornando assim esta última pouco eficaz e ineficiente, na oferta de serviço aos cidadãos. Assim, dificilmente o Estado poderá beneficiar de recursos da própria administração para poder cumprir com as suas obrigações que é de dar o bem-estar aos cidadãos.

A dura realidade de falta de recursos humanos na Guiné-Bissau deve-se à falta de aplicação de políticas públicas para o sector educativo. Neste caso, o país é considerado um dos que pouco não investe na educação, em comparação com outros países da sub-região, como se pode ler, (DENARP II, 2011, COMO CITADO EM ANI, 2013).

Ainda o Sane (2018) deixou seguintes pontos da situação geral do sistema:

- a) Revela, no seu conjunto, uma acentuada diminuição da sua eficácia tanto interna como, sobretudo, externa e uma quase nula relevância em relação às realidades e necessidades do país, tanto ao nível interno como externo.
- b) Tornou-se um sistema rígido, insensível e pouco coerente em relação às mudanças, entretanto operadas nos níveis sociais, político e económico e às necessidades das crianças, jovens e adultos, resultantes da nova realidade social hoje vivida no país.
- c) As estruturas e ações educativas ainda são muito centralizadas e pouco diversificadas, fato que faz com que a adaptação às características regionais se torne difícil, limitando, em consequência, a participação das comunidades e a inserção no seu meio.

V. Sistema Educativo: Conceito e Descrição

O sistema educativo é um processo muito complexo e que engloba muitos componentes no processo de educação, além das escolas e universidades, podem incluir neste sistema bibliotecas, os docentes e muitos outros.

De acordo com Maria Ivone Gaspar (s.d), no seu trabalho sobre sistema educativo: princípios orientadores. Explica-o de seguinte forma:

A expressão “Sistema Educativo” aparece no discurso comum, muitas vezes, em paralelo com outras duas expressões: “Sistema de Ensino” e “Sistema de Instrução”. Embora as palavras ensino e instrução sejam frequentemente utilizadas como sinónimas, elas têm, de facto, o mesmo referente, ainda que o apropriem em grau distinto. Enquanto “ensinar” acentua a transmissão de saberes, revela a preocupação com a aquisição de conhecimentos, sobrelevando algumas dimensões do ser humano, mas tem subjacente o processo e o produto, “instruir” identifica-se com doutrinar, esclarecer, admitindo como preocupação única o produto – há, contudo, entre estes dois conceitos alguma cumplicidade de significância.

Ainda para (Gaspar, 1996) “um sistema é um conjunto organizado e coerente de áreas que o compõem, de práticas, de métodos e de estruturas, de acordo com uma concepção ou uma determinada doutrina, com vista a fins elaborados em função das necessidades de indivíduos ou da coletividade”.

O Sistema educativo pode sim, variar de país por país, ou seja, apresenta forma diferente em diferentes contextos e países. De acordo com Saviani “o sistema educativo são organizações complexas, instaladas nos diferentes países, com propósito de articular as diversas atividades voltadas para a realização das respectivas populações”.

Podemos encontrar três (3) elementos importantes que implicam este sistema, indica Saviani:

- Um conjunto de princípios, valores e finalidades que devem guiar as atividades desenvolvidas;
- Um ordenamento jurídico constituído pelas normas de funcionamento do sistema que obrigam a todos os seus integrantes e;
- Uma rede de estabelecimentos de ensino com os correspondentes órgãos da normatização, controle, coordenação, supervisão e avaliação.

Outra abordagem interessante sobre conceitualidade de sistema educativo, Varela (2007) diz que tem sido formulado de modo diferente pelos especialistas, entre os quais não há unanimidade sobre a sua definição. Alguns defendem que, por se tratar de um conceito intuitivo, não carece de definições. Todavia, é possível encontrar pontos comuns nas diferentes posições e, desta forma, formular uma ideia básica acerca do que são os sistemas. Assim, de quase todas as definições resulta a ideia de que sistema é um conjunto organizado e integrado de elementos que concorrem para o mesmo fim.

Ainda no mesmo artigo sobre sistema educativo: conceito e evolução, o Valera (2007) explica que o sistema educativo vem a ser um conjunto de estruturas e instituições educativas que, embora, possuam características ou peculiaridades específicas, relacionam-se entre si e com o meio ambiente envolvente de forma integrada e dinâmica, combinando os meios e recursos disponíveis para a realização

do objetivo comum que é garantir a realização de um serviço educativo que corresponda em cada momento histórico, às exigências e demandas de uma sociedade.

Podemos dizer que o sistema educacional surge com a necessidade dos estados modernos de consolidar o seu poder sobre grande parte da sociedade. A este respeito, com outros elementos, o sistema educativo se tornaria uma arma de grande importância para que o estado assumisse o papel central do governo e da administração de uma sociedade específica. Isto acontece porque tem como principal objetivo atingir em diferentes segmentos da população, um sentimento de posse e união a essa nação que também representa o Estado. Os saberes e os conhecimentos transmitidos pelo Estado no seu sistema educativo fazem com que todos os indivíduos numa sociedade recebam o mesmo tipo de educação e estejam bem equilibrados. (Disponível em <https://conceitos.com/sistema-educativo>).

Em suma, consoante a LBSE, o sistema educativo exprime-se através da garantia de uma permanente ação formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade e compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar.

No que refere propriamente a descrição do sistema educativo, na opinião de (Gomes, 2012) a LBSE é uma tentativa de organizar o sistema e a política educativa do país, tendo em conta a desestruturação verificada antes da criação dessa lei, e englobando todas as modalidades educativas, entre as quais a educação formal, educação não formal e outras, regulando todos os órgãos que compõem o sistema educativo público e privado.

Para melhor perceção deste ponto, de acordo com o PN/EPT (2003), a estrutura do sistema educativo compreende duas (2) vertentes: formal e não formal, e cinco (5) níveis de ensino, a saber: ensino pré-escolar, ensino básico elementar e complementar; ensino secundário geral e complementar; ensino técnico e profissional e, ensino não universitário e ensino universitário.

Segundo Barreto (2013):

O sistema educativo guineense integra a educação não formal e a educação formal. A educação não formal desenvolve-se nas seguintes áreas:

Alfabetização e educação de base de jovens e adultos; Ações de reconversão e aperfeiçoamento profissional, tendo em vista o acompanhamento da evolução tecnológica; Educação dirigida para a ocupação criativa dos tempos livres; Educação cívica. A Educação formal íntegra, sequencialmente, os ensinamentos pré-escolar, básico, secundário, técnico-profissional, superior e, igualmente, modalidades especiais e atividades para a ocupação de tempos livres. O ensino básico é universal e obrigatório, desenvolve-se ao longo de nove anos de escolaridade. Até 6º ano de escolaridade é totalmente gratuito. A partir de 7º ano de escolaridade é tendencialmente gratuito, de acordo com as possibilidades económicas do Estado (Lei de Bases). O ensino secundário compreende o 10º, 11º e 12º ano. O ensino secundário desenvolve-se em dois sentidos.

Ainda no PN/EPT (2003) fez uma descrição detalhada sobre as duas vertentes da estrutura de sistema educativo guineense acima mencionado:

Explica que a educação formal que engloba o ensino primário como um tipo de ensino que, apesar de alguns avanços, ainda está numa fase de construção e de carácter urbano porque é mais visto nas zonas urbanas, em particular na capital. É uma fase que é destinada às crianças de três aos seis anos e, é opcional, porque não tem carácter de obrigatoriedade, e de acordo com a presente política a maioria de educadores ou professores é constituída por auxiliares e/ou educadores não formados.

Enquanto o ensino básico elementar é constituído por quatro classes iniciais. Teoricamente é obrigatório e gratuito, isto porque a na maioria dos casos as escolas são pagas e ainda muitas crianças não conseguem estudar por vários fatores. Por outro lado, o ensino básico complementar, que é diferente do elementar, este compreende as quinta e as sexta classes.

No que toca com o ensino secundário. Está dividido em duas partes e compreende uma duração de seis anos, ensino secundário geral que engloba três níveis de escolaridade (de 7.º ano a 9.º ano de escolaridade); enquanto o ensino complementar que é uma fase preparatória para ensino técnico ou superior conta também com três níveis de escolaridade (de 10.º a 12.º ano de escolaridade); a idade para entrar nesta fase de ensino começa a partir de 13 anos.

O ensino técnico e profissional ultimamente está numa fase complicada, ou seja, desde conflito político-militar de 1998 as estruturas onde funcionavam as escolas técnicas e profissionais foram abandonadas. Agora o ensino técnico-profissional é mais administrado pelo sector privado. De acordo com o PN/EPT (2003) normalmente uma formação técnico e profissional pode ter a duração de dois a três anos; atualmente pode encontrar algumas escolas das organizações privadas, em destaque a ADPP que tem um centro na norte d e país.

No que refere o ensino superior. Em todos os níveis, é um pouco desenvolvido e fraco, ou seja, sem docentes qualificados, sem investimento por parte do Estado, sem infraestruturas ou edifícios universitários. De acordo com o mesmo documento, PN/EPT, a maior parte dos formados é no estrangeiro, através de cooperação e bolsas de estudo, destacando os seguintes países: Rússia, Portugal; Cuba, Senegal e a China.

Outra vertente que tínhamos mencionado antes é educação informal. Segundo Teran (2014) “é um processo permanente e não organizado”. A educação informal como aquela que os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas quotidianas (GOHN, 2016 COMO CITADO EM TERAN, 2014).

No caso específico da Guiné-Bissau. ANI (2012) explica que a chamada educação informal sempre é observada no país, através da palavra, os pais ou encarregado da educação educavam os mais novos os ensinamentos que são de boca em boca, de geração em geração. Neste caso, como disse o nome, a educação informal é uma educação sem observância das regras pedagógicas, sem currículo, programas e sem a escrita. Ou seja, não obedecem totalmente às regras científicas.

A educação não formal ou não informal na Guiné Bissau é constituída de alfabetização e educação de adultos, pelas escolas do tipo madrassas corânicas e os chamados particulares de incidências urbanas. Hoje se assiste no subsistema por impulsão das ONGs um crescimento vertiginoso das escolas comunitárias.

VI. Igreja Católica: Ensino e Educação

A história de igreja católica na Guiné-Bissau remonta desde período colonial. A Igreja Católica que é uma entidade religiosa e é a parte da igreja católica universal, santa católica apostólica romana, em comunhão com a liderança espiritual do Papa e da Santa Sé, em Roma. As atividades de igreja católica na Guiné-Bissau começaram alguns anos depois da chegada dos portugueses a esse território africano, concretamente nos anos 1462, através os franciscanos que foram incumbidos de iniciar uma missão de evangelização dos inativos locais, e na altura tiveram várias dificuldades por ser uma sociedade um pouco desorganizada.

O período da descolonização entre 1945 e 1965 foi o ponto de inflexão crucial. Após a Segunda Guerra Mundial, mesmo enquanto as potências europeias tentavam desesperadamente manter as suas colônias africanas, o Vaticano começou a se distanciar dos regimes coloniais e a exortar os missionários europeus a formarem os seus próprios substitutos africanos o mais rápido possível (IHU, 2019).

De acordo com a informação de Guinea-Bissau - The Catholic Church (2021) a missão no país era muito reduzida e restrita, havia apenas um padre no país, em 1929. A partir de 1933, com a chegadas de franciscanos franceses começaram a grande expansão por todo território nacional e, no entanto, o ponto mais alto desta expansão foi a partir do ano 1947 com a chegada de padres italianos.

Em 1929, havia apenas (1) padre no país. A restauração da missão começou em 1933, quando os franciscanos franceses estabeleceram uma missão. Padres do Seminário das Missões Estrangeiras de Milão chegaram em 1947. Depois da concordata portuguesa com a Santa Sé em 1940, a situação melhorou muito. A Prefeitura Apostólica da Guiné Portuguesa, com sede em Bissau, a capital, foi criada em 1955 e ficou subordinada à Congregação para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários; foi criada uma diocese em 1977. Ainda, o mesmo documento explica que, em 2000, havia 29 paróquias, 11 sacerdotes seculares e 54 religiosos, 132 irmãs trabalhando entre o povo da Guiné-Bissau. E muitas escolas administradas pela igreja católica, entre primarias e secundarias.

A Igreja Católica na Guiné-Bissau estava envolvida em 2007 na gestão de 82 escolas distribuídas em 8 das 9 regiões do país. A sua oferta educativa centra-se em dois modelos educativos: 39 escolas privadas e 43 de base comunitária, as escolas de autogestão. Globalmente estes modelos estão concentrados nas regiões de Cacheu [23 escolas], Oio [20 escolas] e Bissau [12 escolas], sendo estas regiões as que oferecem o maior número de estabelecimentos de ensino.

Um levantamento efetuado em 2007 verifica-se que a IC com 82 escolas estaria a contribuir em 6,14% para a educação na Guiné-Bissau. Apesar de as escolas estarem associadas a uma gestão da Igreja Católica, o estatuto privado e de autogestão não inviabiliza o facto de os professores serem funcionários do Estado guineense. Com efeito, 179 professores dos 333 são reconhecidos e pagos pelo Ministério da Educação da Guiné-Bissau.

Da análise efetuada pelo GIPASE de 1999-2000 a 2005-2006, é possível verificar uma evolução dos alunos nos diversos níveis de ensino. De acordo com estudo FEC de 2018, é possível constatar que a Igreja Católica segue globalmente as prioridades políticas da Guiné-Bissau em matéria de educação. Com efeito, a percentagem de alunos centra-se essencialmente no Ensino Básico [80,6% nos dados nacionais e 68,2% nos dados da IC] e regista cerca de 16% de alunos no Ensino Secundário, indica os dados.

1. Protocolo de acordo: MEN e a Diocese

Sabendo que a Diocese de Bissau sempre apoia o governo e o povo da Guiné-Bissau, no campo específico de ensino e educação, na altura a Diocese pretendia reaver algumas instalações que as missões católicas possuem no período colonial, e receber ou gerir algumas e outras pertencentes ao Estado.

Tendo isto, e sabendo que a Diocese foi sempre um parceiro importante do setor educativo, nomeadamente na formação de jovens e adultos.

E através do despacho de então Presidente do Conselho de Estado, General João Bernardo Nino Vieira, exarado em 11.03.1993 sobre a carta com a referência n.º 59/GM/93, cujo assunto se relaciona com a restituição da propriedade das instalações pertencentes à Diocese de Bissau. E na sequência deste despacho, a duas partes, nomeadamente, a Diocese e o Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau elaboraram e acordaram o seguinte:

1. São desenvolvidas e reintegradas no património da Diocese de Bissau as instalações a serem identificadas nos protocolos da implementação resultantes deste documento;
2. A restituição das instalações deve ser feita caso-a-caso e com base num protocolo a ser assinado pelo Ministro da Educação de Nacional e pelo Bissau da Diocese;
3. As instalações restituídas devem ser utilizadas para a mesma finalidade formativa que tinham anteriormente;
4. A mudança do patrono duma escola só poderá ser de comum acordo entre as partes;
5. As escolas pertencentes ao Estado podem ser a título experimental;
6. Objeto de concessão a Diocese, normalmente as regimes de autogestão.
7. A seleção de professores para as escolas restituídas ficara a cargo de diocese, com bases nos critério definido pelo Ministerio da Educação Nacional;
8. O Estado tem o dever de apoiar a diocese na busca do financiamento junto aos organismos internacionais para recuperação de alguns edifícios.

Esse protocolo permitiu uma parceria saudável entre as partes, porém, houve alguns constrangimentos nos anos seguintes, isto é, houve instabilidade política que posteriormente culminou num conflito armado. No entanto, a igreja católica tem aproximado do governo ainda mais nos últimos anos.

2. Escolas Católicas: Definições e Características

Perante as mudanças e constantes transformações nas diversas áreas sociais e, portanto, o setor de educação é um dos mais afetados em todo sentido. Isto nos desafia a adotar também procedimentos diferentes, tanto a nível individual como a nível comunitário. Perante tal facto, ou nos deixemos arrastar pelas ondas do tempo, ou então procuramos alternativas para dar respostas aos novos desafios. Requer uma ação conjunta, o que quer dizer que a missão de educar é uma tarefa que nos desafia a todos, por a educação ser um ato comunitário e social.

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, sendo a família e a sociedade civil; a terceira, a igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e, portanto, uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. (PAPA PIO XI; 1926).

A educação é um ato ou tarefa comunitária, ou seja, a educação não pode ser uma tarefa isolada e singular, por isso mesmo, é fundamental coordenar o esforço, o empenho, as vontades, os sonhos, as lutas e desejos de cada um. Importa sublinhar que a missão da escola católica não se prende apenas em ensinar a matéria, compete-lhe também preparar o aluno para uma integração na sociedade. Atualmente fala-se muito de uma sociedade de contrastes e de procedimentos desapropriados, entretanto, esquecemos-mos de ir mais além, de aprofundar seriamente que a sociedade é fruto daquilo que assumimos em conjunto como uma comunidade educadora. É necessário que renovemos diariamente o nosso compromisso com a missão legada.

O compromisso da igreja no campo da educação realçava que, “os traços essenciais que caracterizam as escolas católicas são os de serem comunidades profissionais, comunidade educativa e comunidades de evangelização. A construção destas comunidades passa pela formação permanente dos professores” Congresso Mundial das escolas católicas (2015). Para melhor compreender as características gerais das Escolas Católicas, é importante ter em consideração a Declaração Gravissimum Educationis, um documento marcante para Igreja, como igualmente para as instituições educativas, na medida em que articula assuntos essenciais relativos à educação cristã, estabelecidos pelo Concílio Vaticano II em 1965, pelo Papa Paulo VI. Outro documento que serve de suporte ao estudarmos as características das Escolas Católicas é a Congregação para a Educação Católica que tem disponíveis vários documentos da Igreja do pós-concílio que nos oferecem orientações valiosas que contribuem para a elaboração do projeto educativo. A Igreja sempre se preocupou com a educação da pessoa humana, procurado oferecer estruturas próprias, de acordo com as suas origens.

As características da escola católica estão intimamente ligadas à identidade e missão. Logo importa referir o quanto é importante que a Escola não perca de vista a sua identidade de origem, mesmo que esteja inserida num meio de múltiplas culturas e crenças. De acordo com o documento *Instrumentum Laboris* (2014), “quando a identidade de uma Escola enfraquece, rapidamente surgem numerosos problemas ligados. Documento orientador utilizado como suporte às iniciativas de estudo e aos eventos eclesiais e culturais das Igrejas. Simultaneamente, proporciona ideias para elaborar novos projetos e caminhos para a educação do futuro. à incapacidade de interagir” (p. 16). Ou seja, qualquer instituição evidencia-se pela sua identidade, mas não só, também as pessoas são conhecidas através da sua identidade e da sua forma de interagir. Considerando a definição de cada um dos conceitos, podemos dizer que há uma relação muito próxima um do outro, tal como se expressa no congresso mundial sobre das Escolas Católicas em Roma (2015 p.7), Existe uma ligação muito estreita entre a identidade e a missão das instituições de ensino (escola e as universidades católicas). A missão educativa católica nasce do passado, da própria identidade da Igreja que se fundamenta no mandato da evangelização: “Ide por todo o mundo e anuncia o evangelho a todas as criaturas” (Mc16,15). A missão está relacionada com aquilo que fazemos, com aquilo

que realizamos e a identidade manifesta-se dentro da missão. Daí a razão da estrita união entre elas.

De acordo com a Congregação para a educação católica (1977) A Escola Católica insere-se na missão salvífica da Igreja e especialmente na exigência da educação na fé. Tendo presente que « a consciência moral e a consciência psicológica são chamadas por Cristo a uma plenitude simultânea, como condição para recebermos, como convém ao homem, os dons divinos da verdade e da graça (6), a Igreja sente-se obrigada a promover nos seus filhos a consciência plena da sua regeneração a uma vida nova (7). O projecto educativo da Escola Católica, que deve ter em conta os actuais condicionamentos culturais, define-se precisamente pela referência explícita ao Evangelho de Jesus Cristo, que deve radicar-se na vida e na consciência dos fiéis.

Ainda o mesmo documento, publicado em 1977, chamou atenção de que, a validade dos resultados educativos da Escola Católica, de qualquer maneira, não deve ser avaliada em termos de eficiência imediata: na educação cristã, além da liberdade do educador e da do educando, deve ter-se em conta a sua reacção pessoal ao factor « graça ». Liberdade e graça maturam os seus frutos segundo os ritmos do espírito, que não são mensuráveis com as categorias temporais. Enxertando-se na liberdade humana, a graça é capaz de levá-la à sua plenitude até conduzi-la à liberdade do Espírito; colaborando de maneira consciente e explícita com esta força libertadora específica, a Escola Católica desempenha o papel de fermento cristão no mundo.

As escolas católicas proporcionam os valores disseminados, mas também, a doutrina na qual a escola católica é baseada. Isso é fundamental para não confundir as crianças que, ainda muito cedo, acabam se deparando com diferentes realidades cristãs, sem saber qual o melhor caminho a seguir.

Em família, eles participam da missa, grupos de oração, catequese da primeira eucaristia, crisma e consomem conteúdos católicos na televisão e nas redes sociais. Mas, quando chegam ao colégio, podem receber uma formação doutrinal contrária ao que é vivido pela família, sendo influenciados pelos professores e também pelos colegas. Por isso, para fortalecer a formação cristã que você já repassa aos seus filhos, escolher um colégio católico é a melhor opção (BLOGDODIVINO, 2019).

A escola católica apresenta um modelo de ensino que prioriza os valores éticos e morais e implementa ações que incentivam o aprendizado. O objetivo das instituições católicas é formar estudantes íntegros, empáticos e responsáveis, que tenham vontade de aprender e exercer seu papel enquanto cidadãos. Ao contrário das outras escolas, a escola católica aproxima os discentes de alguns princípios, como disciplina, ordem e virtude. Por meio das atividades no ambiente educativo, os estudantes ainda têm contato com a religião e com os ensinamentos cristãos e da bíblia.

A metodologia de ensino favorece a comunhão entre os mais novos e valoriza o envolvimento familiar na educação dos filhos. Outro diferencial do formato praticado pela escola católica é o desenvolvimento de qualidades em sala de aula, como honestidade, respeito, proatividade e ajuda mútua. Os conteúdos trabalhados são os mesmos das instituições não católicas, no entanto, o ensino religioso faz parte do cotidiano dos alunos. A aprendizagem propaga valores humanos e possibilita que os mais jovens reflitam para transformar a sociedade em que vivem.

São inúmeras as vantagens de matricular/ estudar numa escola católica. Desde cedo, ele pode ter acesso a conhecimentos que serão levados até a fase adulta. A criança e o adolescente têm a hipótese de conviver de forma mais harmônica com os colegas e professores, além de crescerem pautados em inúmeros princípios (ColegioVerbo Divino, 2021 disponível em: <https://blog.cvdonline.com.br/escola-catolica>).

3. Papel/ Contribuição da Igreja Católica

Ultimamente, a Igreja Católica na Guiné-Bissau tem dado várias contribuições em diferentes áreas sociais, nomeadamente nos setores de ensino e da saúde, além do centro do país, as províncias norte e sul também têm beneficiado com diferentes projetos da Igreja. As escolas administradas pela Igreja Católica na Guiné-Bissau estão cada vez mais próximas e inseridas nas comunidades, sobretudo pela sua liderança e organização que tem promovido persistentemente a educação escolar.

Existe muita diferença entre as escolas de administração religiosa com a da estatal, Xavier (2017), afirma que:

A Escola Católica deve ser um lugar onde se promove e se coloca à disposição de todas as pessoas uma educação integral através do seu projeto educativo, com a sua centralidade em Cristo como o fundamento na sua ação educativa. É de referir que uma Escola que não possui a sua referência na mensagem de Cristo, dissipa a sua centralidade, seguramente dificulta a sua ação preferencial na comunidade educativa. A Escola deve sentir e revelar que a sua razão de existir só faz sentido se o seu projeto é para estar ao serviço das pessoas. Ela não vive para si mesma, tão pouco somente para alguns.

Além disso, no entanto, a igreja católica no processo educativo tem o dever de fundamentar as normas educativas baseadas nos princípios religiosos pela qual se proporciona toda a ação educativa aos seus educandos, isto é, promover as experiências da vida de cada educando, segundo o Evangelho. Pois, assente neste modelo, a Escola Católica pode contribuir para uma formação integral dos jovens apoiados nos valores cristãos e humanos.

A igreja católica sempre teve uma relação com estado no que diz respeito a educação, de acordo com Lady Anny de Souza, a igreja sempre se mostrou sensível para com a educação como um dos pontos essenciais na sua missão neste mundo. A educação anda com a ação religiosa. A educação faz parte da vida eclesial e a igreja tem a missão de contribuir na produção do conhecimento com a sua profunda sensibilidade humanista.

A igreja católica, como a família, é uma das organizações que tem participado na formação das crianças, jovens e adultos na Guiné-Bissau, a par dos outros principais agentes educativos, como o próprio estado, que dão também o seu contributo para este setor. Hoje, a igreja católica da Guiné-Bissau tem um papel relevante na educação e na formação, tem a missão de preparar, ao nível científico técnico e humano, pessoas capazes de construir a sua própria evolução individual e, em simultâneo, contribuir para o desenvolvimento da humanidade e do país.

Existe muita diferença entre as escolas de administração religiosa com as escolas de gestão pública. Xavier (2017), afirma que:

A Escola Católica deve ser um lugar onde se promove e se coloca à disposição de todas as pessoas uma educação integral através do seu projeto educativo, com a sua centralidade em Cristo como o fundamento na sua ação educativa. É de referir que uma Escola que não possui a sua referência na mensagem de Cristo, dissipa a sua centralidade, seguramente dificulta a sua ação preferencial na comunidade educativa. A Escola deve sentir e revelar que a sua razão de existir só faz sentido se o seu projeto é para estar ao serviço das pessoas. Ela não vive para si mesma, tão pouco somente para alguns.

Além disso, no entanto, a igreja católica no processo educativo tem o dever de fundamentar as normas educativas baseadas nos princípios religiosos pela qual se proporciona toda a ação educativa aos seus educandos, isto é, promover as experiências da vida de cada educando, segundo o Evangelho. Pois, assente neste modelo, a escola católica pode contribuir para uma formação integral dos jovens apoiados nos valores cristãos e humanos.

A igreja católica sempre teve uma relação com estado no que diz respeito a educação, de acordo com Lady Anny de Souza, a igreja sempre se mostrou sensível para com a educação como um dos pontos essenciais na sua missão neste mundo. A educação anda junto com a ação religiosa. A educação faz parte da vida eclesial e a igreja tem a missão de contribuir na produção do conhecimento com sua profunda sensibilidade humanista.

A Igreja Católica, como a família, é uma das organizações que tem participado na formação das crianças, jovens e adultos na Guiné-Bissau, a par dos outros principais agentes educativos, como o próprio estado, que dão também o seu

contributo para este setor. Hoje, a Igreja Católica da Guiné-Bissau tem um papel relevante na educação e na formação, tem a missão de preparar, ao nível científico, técnico e humano, pessoas capazes de construir a sua própria evolução individual e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento da humanidade e do país.

As missões católicas atualmente coordenam mais 133 escolas em todo território nacional segundo os dados da FEC, divididas em dois tipos de escolas, principalmente as de autogestão que são aquelas que funcionam nas estruturas do Estado e foram passadas pela administração das missões católicas e as privadas são as que foram criadas pelas missões no âmbito da privatização do ensino, mas que precisam de um Alvará para o seu pleno funcionamento, e que também alguns estão sobalçada da igreja católica.

As missões católicas detêm uma grande parte da rede de escolas privadas na Guiné-Bissau e são atualmente consideradas por maior da população as escolas de referência devido a sua própria estruturação, estabilidade e melhoria de condições em termos das infraestruturas, recursos financeiros e educativos. No mesmo foco, o contexto educativo, a igreja católica apresenta um modelo de organização mais centralizado e, com a participação dos pais, alunos, professores e comunidade escolar em geral. As escolas geridas e administradas pelas missões católicas tem uma grande vantagem em relação às outras porque tem adquirida ou beneficiada da experiência organizacional, educação e ensino da própria comunidade católica.

De acordo com o Furtado (2005) na sua dissertação, como o tema administração e gestão da educação na Guiné-Bissau, ele afirma que:

A qualidade das relações humanas, o respeito pelos outros, a fraternidade, a disciplina, a educação física e a educação mental, em suma, a moral cristã, constituem o epicentro da política educativa das Missões Católicas. Embora exista efetivamente a contribuição financeira dos alunos, os custos não são assumidos na totalidade por eles na medida em que existe uma importante subvenção da parte de instituições ligadas às Missões Católicas.

Apesar de serem escolas com um enorme reconhecimento a nível nacional, porém, as escolas geridas pelas missões católicas por vezes são afetadas pelas dificuldades que tem assolado do país e em particular o sistema do ensino guineense. Ainda na mesma dissertação, o Furtado salienta que, uma dessas

dificuldades é o facto de não terem um corpo docente próprio, dependendo neste aspeto dos professores das escolas públicas que são submetidos à acções internas de formação visando o seu aperfeiçoamento. Embora persistindo ainda algumas dificuldades em termos de desempenho, pode-se dizer que ao nível das escolas missionárias prepara-se um professor mais consciente das suas responsabilidades, mais interveniente e mais educador.

Ainda podemos referir algumas das dificuldades que as escolas da gestão católica têm passado durante anos, entre as quais: a falta de equipamento escolar em muitas das escolas no interior do país, falta de professores qualificados em comunidades rurais e instabilidade política no país.

Para ter uma ideia, aproveito para apresentar os dados conseguidos em 2002, 2003 que vai permitir ter mínima ideia da constituição das escolas da gestão católica no país. Através dos dados de comissão interdiocesana de educação e ensino apresentado no trabalho do Alexandre Brito Fruto, em 2005.

Quadro 2. Efetivos das escolas geridas pelas Missões Católicas

Classes	Masculino	%	Feminino	%	Total
Jardim	530	49,0	550	50,9	1.080
Pré-Primaria	175	48,0	188	51,7	363
1ª Classe	1.255	51,81	1.167	48,18	2.422
2ª Classe	1.308	57,16	980	42,8	2.288
3ª Classe	1.089	60,3	716	39,6	1.805
4ª Classe	816	60,6	530	39,3	1.346
5ª Classe	489	59,0	339	40,9	828
6ª Classe	496	61,6	309	38,3	805
7ª Classe	502	63,4	289	36,5	791
8ª Classe	365	60,9	234	39	599
9ª Classe	245	57,2	183	42,7	428
10ª Classe	141	53,6	122	46,3	263
11ª Classe	168	56,0	131	43,8	299
Esc. Profiss.					326
Total	7 579	56,91%	738	43,08%	13 643

Fonte: Comissão Interdiocesana de Educação e Ensino extraído in Furtado (2005).

Nos dados ainda conseguidos em 2002/2003, do FEC, a rede das escolas geridas pelas missões católicas era constituída por volta de 81 escolas que cobriam desde a fase inicial até a fase profissional. Em 34 estabelecimentos escolares o

modelo de gestão era o da autogestão que envolvia três parceiros: as comunidades, as Missões e o Ministério da Educação.

Quadro 3. As escolas das missões católicas e o seu formato

Escolas	Nº Total	Reg. Diocese		Diocese	
		Privado	Autogestão	Bissau	Bafatá
Jardins	22	21		17	05
Esc. Primaria	39	13	26	30	09
Esc. Basica	11	07	04	08	04
Esc. Sec.	07	03	04	04	03
Esc. Profis.	02	02		02	
Total	80	46	34	61	20

Fonte: FEC/ Comissão Interdiocesana da educação e ensino

As escolas de estatuto privado geridas pelas missões católicas em muitos casos também apresentam uma organização com algumas dificuldades, tal como acontece, nas escolas públicas, não há uma situação clara por não existir nenhum diploma enquadrador nessa matéria. Cada escola define os seus órgãos, porém na prática o único órgão funcional é o diretor.

No caso específico das escolas católicas das missões católicas tem uma organização com certa estabilidade. Em diversos casos, de acordo com Furtado, Algumas escolas possuem um regulamento interno, mas esse nem sempre é correspondente à vida real da escola. Existe assim um regulamento para constar e uma prática e vivência escolar efetiva. As escolas privadas adoptam, em geral os planos curriculares e programas oficiais e gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Em termos de professores, contam com os do ensino público e por isso estão sujeitas aos mesmos problemas da falta de qualidade. As escolas privadas são, no entanto, escolas estáveis do ponto de vista do funcionamento. Porém, em matéria de infraestruturas e suportes didáticos, a maioria funciona em instalações precárias e numa ausência quase completa de materiais didáticos. Genericamente, a qualidade do ensino e os resultados ao nível dessas escolas situam-se muito longe do desejado, embora, se possa admitir serem melhores que as escolas públicas.

Quadro 4. Escolas privadas em todo o país (Geridas pela IC e Outras)

	TOTAL
Masculino	13759
Feminino	12116
Total	25.875

Fonte: Anuario Estatístico 1999/2000 extraído in Furtado (2005)

Analisando o quadro, pode-se, explicar que, No ano lectivo 1999/200, existiam, segundo o Anuário Estatístico, 186 escolas privadas em todo o país. Destas, 85 (45.7%) estavam situadas em Bissau. As 186 escolas eram frequentadas por um total de 25.875 alunos, representando 14.4% do total de alunos do ano lectivo 1999/2000.

VII. Conclusão

Depois de vários meses de pesquisa e análise de todas as informações obtidas no percurso académico de mestrado em políticas públicas, apresenta-se algumas conclusões relativamente ao estudo em causa: a partir do que foi analisado e apresentado neste presente trabalho, é óbvio que, a religião e o Estado influenciam a vida de uma sociedade. Sem dúvida tem uma forte ligação entre a religião com o Estado em vários domínios, apesar de as missões religiosas terem perspectivas e missões propriamente diferentes, mas coincidem nas diferentes questões sociais, como ensino e saúde.

A primeira conclusão que podemos tirar neste trabalho, foi-nos possível concluir que a igreja católica desempenhou diversas funções em prol do desenvolvimento, tendo em conta as suas ações, estratégias usadas em diferentes matérias. Dado isto, a igreja católica desempenhou um papel importante no domínio de educação em particular.

É de salientar que, a religião ou a igreja católica, esteve sempre ao lado do Estado na questão de ensino na Guiné-Bissau, basta recordar no período colonial, época em que ela teve um papel muito importante no processo de modelo de ensino colonial. O mesmo aconteceu e têm acontecido nos períodos pós a independência e o período mais recente, aliás, a contribuição da igreja católica não limitou só nas construções das escolas, mas também na própria formação da sociedade.

Em segundo lugar, podemos dizer que, a igreja católica é uma das maiores parceira do estado no que refere à educação, ou seja, como referimos nos dados apresentados no trabalho, dá para ver e concluir que a igreja católica aumenta a sua expansão no processo do sistema educativo, com a construção de várias escolas em quase todo o território nacional.

A Guiné-Bissau é um dos países com múltiplas adversidades, assim sendo, podemos concluir que a missões católicas sempre procurou adaptar-se as diferentes realidades locais, regionais ou nas aldeias. Procurou-se encontrar meios para estabelecer e implementar as suas políticas em educação, criando meios e parcerias com Estado e com governo regional.

Ainda permitiu perceber que a Igreja católica não meramente como uma religião que possui relação com a educação, mas como um processo educativo em si, porquanto possui uma concepção de ser humana, uma filosofia de vida, uma visão de mundo, e anseia pela transformação desse ser humano segundo os seus princípios, através dos seus “métodos” próprios. Uma vez que a concepção de educação modifica-se de acordo com o tipo de homem ou mulher que se quer formar. Como salientou José Ewerton Feitosa Cruz, na sua dissertação de mestrado sobre relação entre cristianismo e educação.

É bom mencionar alguns pontos muito importantes na contribuição da igreja católica no processo do sistema educativo na Guiné-Bissau, vimos a criação de um sistema pedagógico mais educativo e organizado; uma forma de ensino mais centralizado; tem beneficiado da experiência da própria missão católica. Por fim, podemos concluir que, a igreja católica sempre vai ter um papel muito importante para o ensino guineense.

VIII. Bibliografias

- Ani, Q. (2012). Guiné-Bissau: um relato de experiência sobre o contexto educacional. IVº Encontro Em Educação Agrícola - I Fórum de Debates Sobre A Pedagogia Da Alternância.
- Ani, Quecoi. (2013). A educação Superior no desenvolvimento da Guiné-Bissau: Contribuições, limites e desafios [Dissertação de Pós-Graduação]. Universidade de Tecnologia Federal do Parana.
- Arrabal, A.K. (2011). Qual é a diferença entre a pesquisa bibliografica e uma pesquisa documental. Blog sobre a produção e comunicação científica.
- Bedeta. G. B. (2013). Políticas educativas na Guiné-Bissau [Dissertação de mestrado, Universidade de Porto – Faculdade de Letras]. <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/71824/2/28422.pdf>
- Blog. (2019). *Benefícios de estudar em uma escola Católica*.
- Cá, C.M.O. (2009). A Trajetória dos Quadros Guineenses Formados e em Formação no Brasil, na Visão de Estudantes e Profissionais de 3.º Grau [Dissertação de mestrado]. Universidade Estadual de Campina.
- Cá, L. O. (2015). *Políticas públicas em educação na Guiné-Bissau: Um apanhado histórico*. ETD.
- Cá. L.O. (2009). *A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)*. ETD – Educação Temática Digital, 2(1), 51-69.
- Cruz, J. E. F. (sd). Relação entre cristianismo e educação. Monografia TCC. BrasilEscola.
- FEC. (2011). A arma da esperança na Guiné-Bissau: Contributo da Igreja Católica – 2005 a 2007. Educação para Todos.
- Francisco, W. C. (2022). Guiné-Bissau. Brasil Escola.
- Sane, S. (2018). Desafios da educação na Guiné-Bissau. Revista- tema em educação.
- Furtado, A.B.R. (2005). Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.
- Gaspar, M. I. (s.d). *Sistema educativo: Principios orientadores*. Universidade aberta.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. Atlas. 6ªEd.

- Gonh, M. da G. (2016). Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais.
- IPE – Instituto Internacional de Planificação e Educação (2016). Em Guiné-Bissau, o sistema educativo precisa em grande parte de ser construído. Pole de Dakar. UNESCO.
- Jalo, S. (2020). Ideologias Educativas na Guiné-Bissau (1954-1986). [Dissertação de mestrado]. Universidade de Porto – Faculdade de Letras.
- Laswell, H.D. (1936/1958) *Politics: Who Gets What, When, How*. Meridian Books.
- Lynn, L. E. (1980). *Designing Public Policy: A Casebook On The Role of Policy Analysis*. Santa Monica, California.
- Mead, L.M. (1995). *Public Policy: Vision, Potential, Limits*. Policy Currents.
- MEN (1993). Protocolo de Acordo: Entre o MEN e a Diocese de Bissau. República da Guiné-Bissau.
- Mendonça, D. F.C., Silva, E M., & Dias, J. R. (2018). Políticas Públicas Educacionais: Uma Revisão de Conceitos Centrais. Seminário de Políticas Públicas Educacionais: Desafios e Prespetivas após Golpe de 2016. UESB.
- Ministério da Economia do Plano e Integração Regional – Segundo Documento de Estratégia Nacional de redução da Pobreza – DENARP II. Bissau, 2011.
- Ministerio da Educação Nacional – Plano Nacional da Educação Para Todos (EPT). (2003).
- Oliveira, A.F. (2010). Políticas Públicas Educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática (93-99). Editora da PUC.
- Pe. Mendes. A. B. (2013). O Papel da Igreja no Processo Educativo. Pastoral da educação, Deocesse de Toledo.
- Sagrada Congregação para Educação Católica (1977). A Escola Católica. Festividade de São José.
- Sampa, P. J. (2016). O que dizem as pesquisas sobre o contexto educacional na África Lúsofona? Um mapeamento da produção técnico-científica sobre educação na Guiné-Bissau. TCC. Instituto de Humanidades e Letras – IHL. UNILAB.
- Santana. S. da C. (2015). Políticas Públicas e Educação: impacto da ação sociaiscolar na qualidade da educação básica e secundária em Portugal e em Macau. Dissertação de Mestrado em administração pública. Instituto Politecnico de Lisboa – IPL.

- Saviani, D. (1997). *A nova lei da educação LDB: trajetória e limites*. Campinas: Autores Associados.
- Semedo, M.O.C. (2005) *Educação Como Direito*. 2005. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/redes/guinebissau/semedo_educacao_como_direito.pdf
- Silva, D., Lopes, E. L., & Junior, S. S. B. (2014). *Pesquisa Quantitativa: Elementos, Paradigmas e Definições*. Revista de gestão e secretariado. GeSec. Cibele Bersalini Martins.
- Souza, C. (2003). *Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa*. Caderno CRH. Disponível em <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/2789>
- Valera. B. (2007). *Sistema educativo: conceito, características e evolução. O caso Cabo-Verdiano*. Excelência educativa em Cabo-Verde. Em <https://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv/sistema-educativo-conceito-34305>
- Vergara, S.C. (2000). *Projeto de pesquisa em administração*. Atlas.
- Xavier, I.S. (2017). *O Papel das Escolas Católicas na Educação em Cabo-Verde*. [Dissertação de mestrado]. Universidade Católica Portuguesa.
- Koudawo, F. (1995). *“Educação e teoria de desenvolvimento: o que há de novo”*. Soronda. INEP.
- Zanetta, D.M.T. (Sd). *Etapas do estudo estatístico*. USP/Univesp. Modulo 5.